



Câmara Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENDA MODIFICATIVA Nº 24/2025

Emenda Modificativa nº 24/2025 ao Projeto de Lei Complementar nº 006, de 3 de junho de 2025, do Poder Executivo que “Dispõe sobre a estruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Município de Campo Belo, estabelece normas gerais de enquadramento e dá outras providências”.

A presente emenda vem modificar a redação do art. 24, *caput*, do Projeto de Lei Complementar nº 006/2025, do Poder Executivo, para que:

ONDE SE LÊ:

“**Art. 24.** [...] no prazo de até 10 (dez) dias [...]”

LEIA-SE:

“**Art. 24.** [...] no prazo de 30 (trinta) dias [...]”

Sala das sessões, 6 de outubro de 2025.

João Eduardo Freire Teodoro
João Eduardo Freire Teodoro

Vereador – Relator

Comissão Especial de Análise ao
Projeto de Lei Complementar nº 006/2025

Thales Patrocínio Camilo

Vereador – Vice-Presidente

Comissão Especial de Análise ao
Projeto de Lei Complementar nº 006/2025

Bruna Lorraine Silva Cardoso
Bruna Lorraine Silva Cardoso
Veredora – Presidente
Comissão Especial de Análise ao
Projeto de Lei Complementar nº 006/2025

COMISSÕES:
06/10/25

CCJ
CFO
CSAS

CCJ
CSPM

COMISSÕES:
06/10/25

CDPMIR
CEEC

CDPMIR
CEEC



Câmara Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

Justificativa:

A presente emenda modificativa tem como objetivo garantir o princípio da paridade de armas no processo de revisão de enquadramento, assegurando equilíbrio entre os prazos concedidos aos servidores e à administração pública. Enquanto o Projeto de Lei original estabelece um prazo de apenas 10 (dez) dias para que o servidor protocole seu pedido de revisão, o Poder Executivo dispõe de 30 (trinta) dias para analisar e decidir sobre o recurso (conforme Art. 24, §1º). Essa disparidade viola o princípio do contraditório e da ampla defesa, fundamentais no Direito Administrativo.

Ao ampliar o prazo para 30 (trinta) dias, a emenda busca: a) Equilibrar as condições processuais, permitindo que o servidor tenha tempo hábil para reunir documentos, fundamentar seu pedido e buscar assessoria jurídica ou sindical (como o Sindipúblico) se necessário; b) Garantir a efetividade do direito à revisão, evitando que prazos curtos impossibilitem a apresentação de recursos bem fundamentados; c) Harmonizar o tratamento entre as partes, já que a administração mantém seu prazo de 30 dias para decisão, assegurando simetria no processo.

A medida reforça os princípios constitucionais do devido processo legal e da isonomia, além de alinhar-se às boas práticas de gestão pública transparente e justa. Dessa forma, promove-se maior segurança jurídica e equidade no tratamento dos servidores públicos municipais de Campo Belo.